

A (DES)ORDEM URBANA NAS VIVÊNCIAS FEMININAS DO ESPAÇO PÚBLICO

Maria Isabel C. M. Rocha
Faculdade de Arquitetura / Universidade Federal da Bahia
bel.cmr@gmail.com

RESUMO

O artigo é fruto da experiência cotidiana em Salvador que nos colocou em contato com diversas formas de ocupação e apropriação do espaço público, formais e informais, produzidas por estratégias urbanísticas e por táticas habitantes. Nelas, pudemos observar as reminiscências do pensamento constitutivo do Urbanismo, enquanto disciplina, mas, mais especialmente, observamos as sobrevivências de práticas habitantes de outros tempos, notadamente daquelas consideradas como desordem, ou como característica de um ambiente impróprio para o uso das elites. Indo neste sentido, chegamos à atividade cotidiana das baianas mercantes, mas não partimos inicialmente delas e sim de outras apropriações ambulantes (e menos ambulantes) do espaço público de Salvador. Atualmente, as questões de ordem urbana retornaram à cena urbanística na cidade propondo ordenamentos em lugares do cotidiano, com vistas a sua exploração pelo turismo. A Secretaria de Ordem Pública, revitalizada na atual gestão municipal, veio atuar inicialmente para o ordenamento do comércio ambulante da/na Avenida Sete de Setembro, no Centro. Chegou, com a Copa do Mundo, a propor um choque de ordem na orla da Barra, trecho final da mesma avenida, onde os quiosques para a venda de coco verde foram demolidos, desestruturando parte da rede de relações sócio espaciais construídas cotidianamente. Ao acompanharmos o caso de uma vendedora de coco, sua relação com o lugar e com as forças da ordem, fomos levadas a pensar na prática mercante feminina como sobrevivência ancorada na territorialidade, especialmente por meio das táticas de sociabilidade. Remetemo-nos assim, às vendedoras ambulantes de outros tempos, hoje conhecidas como baianas e mais associadas à venda do acarajé. Jogando com os processos de exclusão social (de classe, raça e gênero), elas foram levadas a buscar outras formas de ser na cidade. A venda ambulante certamente se expressa em outros corpos, nos detemos aqui naqueles corpos femininos que, contrariando todas as expectativas de uma sociedade patriarcal excludente e voltada para a propriedade privada, ganharam as ruas e constituíram outras ordens.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços públicos; Ordenamentos; Salvador.

THE URBAN (DIS)ORDER IN THE FEMININE PRACTICE OF PUBLIC SPACE

ABSTRACT

This article is the result of everyday experience in Salvador that had put us in contact with various forms of occupation and appropriation of public space, formal and informal, produced by urban strategies and inhabitant tactics. In them, we could observe the reminiscences of the constitutive thought of Urbanism, as a discipline, but more especially, observe the survival of inhabitant practices of another time, especially those considered disorder, or as characteristic of an inappropriate environment for the use of the elites. In this sense, we come to the everyday activity of the Baianas merchants. However we don't start from them but instead from other street vendors (some of them rather settled) of the public space at Salvador. Currently, the urban order issues returned to urbanistic scene in the city, proposing ordering in everyday places, in view to their exploitation by tourism. The Department of Public Order, revitalized in the current municipal management, was initially acting on street vendors of/in the Sete de Setembro Avenue, downtown. This department arrived, with the World Cup, to propose an order clash at the Barra seefront, the final part of the same avenue where the kiosks for sale of green coconut water were demolished, destabilizing part of the network of socio spatial relationships built daily. Following the case of a water coconut vendor, her relationship with the place and with the order forces, we were led to think the female merchant practice as survival rooted in territoriality, especially through sociability tactics. This brings us to the street vendors of another time, today known as Baianas and more associated with the sale of acarajé. Playing with the processes of social exclusion (of class, race and gender), they were led to look for other ways of being in the city. The street vending is certainly expressed in other bodies as well, we concentrate here in those female bodies that, against all expectations of an exclusive patriarchal society turned to private property, took to the streets and made other orders.

KEY-WORDS: Public spaces. Ordering. Salvador city.

Ao partirmos para Salvador, buscávamos entender como se dá o processo de pacificação dos espaços públicos na atualidade urbanística. Nos deparamos em seguida com o novo mandato municipal, o qual trouxe como carro-chefe a renovada Secretaria de Ordem Pública, cuja secretária declarava, desde o final do ano da eleição (2012), a necessidade de tornar a cidade boa para os visitantes e para os moradores; através da sua secretária realizaria uma série de maquiagens (termo utilizado por ela) na cidade. Já naquele primeiro momento, ela salientava o foco inicial do seu trabalho sobre o comércio ambulante que ocupava as vias do centro, especialmente a Avenida Sete de Setembro. Assim, ordenamento confunde-se com pacificação, na medida em que pretende controlar um território através do controle disciplinar dos seus sujeitos, muitas vezes entendidos como agentes de desordem, por não condizerem com os padrões de ordem hegemônicos.

Acompanhando o processo de ordenamento dos ambulantes, vimos que foram levados a deixar as calçadas da Avenida Sete e ocupar os becos transversais, territórios definidos pela Secretaria, onde posteriormente viriam a se tornar condomínios de vendedores ambulantes. As baianas, vendedoras principalmente de acarajé e abará (e outras iguarias da culinária baiana), foram autorizadas a permanecer no ponto que sempre ocuparam, nas calçadas. No entanto, ao nos debruçar um pouco sobre as transformações pelas quais passaram as cidades, no sentido de modernizar a sua imagem, vimos que a tolerância para com o estabelecimento das baianas não foi sempre assim. Em geral, todas as manifestações da cultura negra foram fortemente combatidas, especialmente, nas cidades, com o fortalecimento do anseio civilizador, que viria a tomar forma através das modernizações urbanas. Em Salvador, como no Rio de Janeiro, a presença quase exclusivamente de negros nas ruas, consistia em uma expressão do atraso e da desordem, antíteses do que se entendia (e se pretendia) por civilização, intimamente relacionada ao ideal europeu (Petti Pinheiro, 2011).

Na Salvador atual, observamos como a ocupação de determinadas vias urbanas por um comércio popular vem sendo o principal alvo das propostas de ordenamento e reforma urbana. As justificativas para os novos ordenamentos são principalmente baseadas na necessidade de liberar os fluxos de pedestres. Mas também se observa o intuito de uma limpeza padronizadora, que possa tornar o espaço urbano mais facilmente legível, organizado, livre de impurezas (materiais e sociais), numa crescente neutralização de alteridades. Assim, o comércio ambulante espontâneo é visto como o principal causador da aparência de desordem.

Aqui, hoje, já não se confunde comércio ambulante com o trabalho das baianas. Porém, o ofício das baianas do acarajé já passou por vários processos de controle e normatização ao longo do tempo, juntamente com as demais ganhadeiras que atuavam como mercantes de diversos produtos nas ruas da cidade.

Segundo a tese de Gerlaine Torres Martini, sobre as Baianas do Acarajé, a venda ambulante de alimentos pelas mulheres negras é um elemento formador da ambiência das ruas, portanto, da paisagem urbana de Salvador, desde a época da colonização brasileira. “No século XVII, em 1631, como indica documento das posturas do Arquivo Municipal de Salvador, as ‘pretas’ já eram obrigadas a ter licença para poder vender na rua” (Martini, 2007: 13).

Atualmente, todos os vendedores ambulantes devem ser licenciados na Prefeitura, através da Secretaria de Ordem Pública, para o exercício do comércio nas ruas, em pontos pré-definidos no cadastro². As baianas, além de serem licenciadas, devem obedecer uma série de normas de higiene não só por venderem, mas também por cozinharem na rua. As normas impostas às vendedoras de acarajé se tornaram mais rígidas em vistas da Copa do Mundo de Futebol de 2014, quando Salvador foi uma das cidades escolhidas para sediar os jogos do mundial. Vimos na época do mundial, serem levantadas várias questões a respeito das baianas do acarajé, sobretudo a respeito da higiene e da estética com que se apresentam ao público dos jogos. Muitas notícias³ divulgaram o conflito das baianas com a Federação Internacional de Futebol e a adequação ao tão invocado “padrão Fifa”, que viria a desestabilizar algumas profissionais em seus modos de fazer tradicionais. Além de receberem instruções de higiene, também tiveram que adequar suas condutas de “atendimento ao público” e adequar-se ao fogão elétrico no lugar do fogão a gás, “por motivos de segurança”. O processo de adaptação das baianas ao “padrão Fifa” nos serve para ilustrar as formas de disciplinamento dos sujeitos do espaço que se quer pacificado e standardizado, portanto, livre de conflito e de alteridades. Mostra também como as questões de disciplinamento e códigos de conduta estão intimamente relacionadas às questões do urbanismo de espaços públicos espetacularizados.

Vemos hoje, o interesse do poder público – geralmente respondendo aos interesses do capital privado das empresas – voltar-se para elementos identitários do território urbano, ao mesmo tempo em que propõe a sua padronização. O mecanismo pode parecer paradoxal, mas faz parte do jogo entre a construção tática de territórios e a construção estratégica da imagem da cidade como território unificado. Assim, a estetização das baianas do acarajé⁴ correspondem a uma maneira de domar as particularidades consideradas *a priori* indesejadas e, notadamente, presentes no espaço público da rua, lugar da visibilidade e da percepção do visitante.

1 Trecho da música de Dorival Caymmi, a Preta do Acarajé.

2 As instruções para licenciamento são encontradas na página da internet da Semop: <<http://www.ordempublica.salvador.ba.gov.br>>

3 Como esta: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/22/baianas-do-acaraje-padrão-fifa-sofrem-com-falta-de-estrutura.htm>>

4 Aqui tomadas como mote para ilustrar o processo de ordenamento/pacificação, mas também poderíamos citar outros sujeitos e práticas alvo da domesticação patrimonial pelo poder público.

Entramos aqui na distinção entre “cidade concebida” e “cidade praticada” (Delgado, 2007), e no conflito intrínseco da relação entre ambas. Tal conflito se sobressai quando observamos os processos de subjetivação fabricada que excluem as subjetividades imanentes da cidade praticada. O objetivo de construção de uma imagem da cidade – nos termos de Kevin Lynch nos anos 1960 – ainda busca por uma legibilidade da paisagem urbana, no singular, ou seja, uma imagem consensual da cidade formada a partir dos elementos que a compõem, considerados relevantes. Não se trata, portanto, de paisagem em termos de totalidade, mas de uma composição a partir de “pontos de referência” trabalhados/produzidos pelo *marketing* urbano afim de dotar a cidade de uma imagem síntese.

“Se entende que a atividade nas ruas tenha inquietado tanto a todas as formas de controle, que procuraram, já não submetê-la, mas simplesmente fazê-la inteligível” (Delgado, 2007: 259, tradução nossa). Vemos, com Delgado, a mudança de atuação das formas de controle, o que antes buscava a submissão de outrem, agora intervém no sentido da eliminação da alteridade, da padronização, chamada de legibilidade. É o que vemos acontecer mais claramente com as baianas “padrão Fifa”, mas também com outras práticas habitantes, como os próprios vendedores ambulantes da Avenida Sete. No caso do acarajé, atrela-se à preocupação estética uma preocupação com a higiene, que se confundem mutuamente. As baianas são fiscalizadas e devem obedecer às normas para o manuseio e conservação de alimentos. Para o mundial de futebol, foram impostas mais normas, como falamos, o que dificultou o trabalho habitual das mulheres, evidenciando o que Milton Santos chamou “ordem desordeira” (Santos, 2001: 86). Em outra oportunidade, Santos nos fala “Ao contrário do imaginário que a acompanha, a desregulação não suprime as normas. Na verdade, desregular significa multiplicar o número de normas” (Santos, 2009: 275).

“”

O processo de construção de uma imagem das baianas, dentro dos preceitos do mercado standardizado (mundial), integra o processo de construção da imagem da cidade espetacularizada, voltada para o mercado global de cidades. Desta forma, as normas que regem a vida das elites, já adaptadas ao sistema discursivo estética-higiene-segurança, chegam como “ordem desordeira” ao ainda chamado comércio informal e demais práticas cotidianas.

O processo civilizatório da sociedade – ou de adaptação das elites ao novo sistema discursivo – havia começado nas cidades brasileiras com a chegada da família real, instaurando a corte no Brasil (Pechman, 2002). A partir daquele momento, procurou-se definir a “boa sociedade” juntamente com uma série de padrões de boa conduta, especialmente no espaço íntimo (lar) e social (salões). A rua continuava sendo o “reino da perdição”.

Assim, pode-se dizer que, no processo de definição da “família”, a higiene dirige-se exclusivamente às famílias de extração elitista. Não interessava ao Estado modificar o padrão familiar dos escravos que deveriam continuar obedecendo o código punitivo de sempre. [...] Escravos, mendigos, loucos, vagabundos, ciganos, capoeiras, etc., servirão de anti-norma, de casos-limite de infração higiênica. A eles vão ser dedicadas outras políticas médicas. Foi sobre as elites que a medicina fez incidir sua política familiar, criticando a família colonial nos seus crimes contra a saúde. A camada dos “sem família” vai continuar entregue à polícia, ao recrutamento militar ou aos espaços de segregação higienizados como prisões e asilos. (Costa, 1979: 33)

Mesmo com a abolição da escravatura, os negros viveram num regime de exceção durante longos anos. As normas da família (já) tradicional não serviam para a população preta e pobre e a sua inserção no grupo dos indivíduos de direito depende, até hoje, da sua adequação ao sistema discursivo hegemônico, que no mais vezes desconsidera o saber-fazer tradicional; como aconteceu com as baianas “padrão Fifa”, em nome de uma suposta segurança.

O discurso do medo, base para aquele da segurança, justifica o toque de recolher que até hoje experimentamos nos espaços urbanos. Affonso Ruy nos fala, quanto à Salvador do século XVIII, de um “toque de recolher do sino”, tangendo para casa a sociedade que tinha tanto medo da rua escura, quanto passava a ter dos escravos, igualmente negros. “Embiocava-se a cidade, pela noitinha, desertas as ruas de gente limpa, que só excepcionalmente as atravessava, de carruagem, às pressas” (Ruy, 1942: 56).

Já em meados do século XX, Milton Santos relata brevemente a transformação das ruas da Cidade Alta a partir das dez horas da noite:

Depois das 20 horas, os bairros centrais se despovoam dessa multidão inquieta. Há um outro tipo de circulação, todavia bem menos importante: a das pessoas que vêm procurar distração, ou olhar simplesmente as vitrines. O movimento é maior à entrada e à saída das sessões do cinema, abertos até meia-noite. Entretanto, as outras porções do centro estão como que adormecidas. Mas é exatamente às dez horas que um outro bairro começa a animar-se. É o coração da cidade noturna, a praça 15 de Novembro, pertinho da zona de prostituição, onde prostitutas, vagabundos, marginais de todas as espécies dão-se encontro nas ruas mal iluminadas. Deslocam-se para aí esse comércio ambulante de frutas e comestíveis, cozidos ou aquecidos sob o olhar dos fregueses em pequenos fogões acesos em cima dos passeios. Os transeuntes, ainda longe sentem o cheio forte das iguarias afro-brasileiras, condimentadas com azeite de dendê e pimenta por negras e mulatas vestidas com trajes típicos. Os botequins se tornam movimentados. A polícia afrouxa a vigilância e as prostitutas (a quem é proibido fazer o trottoir durante o dia) podem sair de casa e se exibir na rua. (Santos, 2008: 130)

Com Santos, podemos ver a relação das vendedoras ambulantes baianas com uma toda outra sociedade marginalizada, ao ocuparem o espaço público das ruas em seu momento mais perigoso para a “boa sociedade” ou a “gente limpa”, segundo Ruy. Caymmi já narrava a chegada da “preta do acarajé”, preenchendo a ambiência da noite com o seu pregão. Mesmo Ruth Landes, em sua passagem pela Cidade da Bahia, no final da década de 1930, fala sobre a noite, essas mulheres: “e esses cantos pesarosos eram ternos ao ouvido, embalavam a cidade” (Landes, 2002: 53). O canto do pregão

aproximava as baianas de camadas da sociedade que provavelmente não dividiam com elas o mesmo espaço-tempo das ruas. Uma (re)aproximação⁵ efetiva foi sendo possibilitada à medida que elas foram cedendo a certas normas de higiene, determinadas pela medicina no trato com a comida. (Martini, 2007)

As baianas conquistaram espaço no mercado para das classes médias e altas, conquistaram também o tempo do dia no espaço público da cidade. Hoje, em um percurso pela Avenida Sete, podemos ver diversos tabuleiros sobre as calçadas com uma distância estratégica entre eles, para não haver grande disputa pela clientela. Mesmo não mais se confundindo com os camelôs, que antes ocupavam também as calçadas, as baianas tornam-se mais visíveis ao cair da noite, com o encerramento do horário comercial. Algumas delas se demoram um pouco mais na rua: uma senhora, localizada próximo ao relógio de São Pedro, quando perguntada até que horas trabalharia (passava um pouco das 19hrs) nos respondeu que ficaria um pouco mais, mesmo não havendo mais tanto movimento de pessoas no seu entorno. A baiana com maior movimento, localizada no início do trecho comercial – na esquina com a descida para o bairro do Politeama – contava com um maior número de ajudantes, mas nos respondeu que só ficaria até as “dez pras nove” da noite. Essas vendedoras se constituem em pontos de referência, não só na paisagem, mas principalmente no cotidiano estabelecido através das relações no/do lugar, dessa forma, inspiram familiaridade em um ambiente que volta a ser⁶ cada vez mais estigmatizado pelo discurso do medo e do perigo, especialmente à noite. As próprias vendedoras não se sentem mais seguras na rua noturna, tendo adotado, em grande medida, o padrão social das classes médias urbanas.

A questão da “inclusão” das baianas no sistema ou padrão social hegemônico é mais complexa do que pode parecer, especialmente pela “diluição” das classes que compunham os extremos da pirâmide social, com uma ampliação da chamada classe média, e também pela “diluição” dos padrões de cor, sobretudo ao longo do século XX, depois do fim do regime escravagista. Segundo Lília Schwarcz e Heloisa Starling (2015: 66) a designação “negro” correspondia genericamente a escravo à época da colonização, após isto, o termo adquiriu conotação (em geral racista) bem mais complexa⁷. No caso das mulheres, outras características atribuídas ao sexo feminino vêm se somar tanto no tocante as suas táticas de integração, quanto para a sua exclusão pelo pensamento dominante.

“”

Quanto às táticas, gostaríamos aqui de estender a nossa percepção das mulheres trabalhadoras atuantes no espaço público um pouco além das chamadas baianas – ligadas à culinária típica da Bahia – observando como essas mulheres outras de Salvador trazem consigo a potência da ação sociabilizadora ao buscar a sua própria vivência política. Portanto, entendemos táticas segundo Michel de Certeau (2013), como um modo de atuação em um campo que não lhe é próprio, cujo melhor exemplo para nós é a ação empreendida no espaço público urbano, não pelo poder público, mas pelos seus habitantes. O poder público (ou privado, corporativo) tem outra natureza de atuação, a estratégia. As táticas, desenvolvidas no cotidiano habitante jogam com/no território produzido pelas estratégias.

Em nosso processo de apreensão do espaço público em Salvador, pudemos conviver com movimentos táticos diversos, ao lado da produção estratégica de lugares que se observa em certos pontos da cidade. Um desses pontos foi a orla da Barra, onde a iminência da Copa do Mundo de futebol justificou a intervenção apressada do poder público no sentido de torná-la palco para a festa da Fifa⁸. Na intenção de dotar a orla de uma grande área de circulação pedestre (e demais modos não motorizados) fez-se uma “limpeza geral”, quando foram demolidos todos os quiosques destinados à venda de coco, inclusive os dois localizados na praia do Porto da Barra. Um destes foi o quiosque do “Coco da Jô”, que ficava em frente ao Forte Santa Maria, cujo caso nós acompanhamos mais de perto. A nossa aproximação já foi, possivelmente, facilitada pelo caso de ser uma mulher, como nós, a permissionária do quiosque. A “convivência” com Jô continuou mesmo após a demolição, pois ela, diferente dos demais, insistiu em permanecer próximo ao local, ainda que não mais no espaço público. Jô, além de continuar pagando o imposto que a permite utilizar o espaço do quiosque, decidiu também pagar o aluguel de um ponto comercial em uma galeria privada, invisível a partir da rua. Bem diferente do quiosque delimitado pelo poder público, numa localização que possibilitava uma participação intensa da vida do lugar.

A prefeitura sugeriu que os permissionários, passassem a utilizar o carrinho ambulante para a venda do coco, assim, como os demais vendedores do produto. Jô utiliza o seu carrinho – comprado do próprio bolso – para indicar a entrada da galeria onde se encontra atualmente. Em conversas com Jô ela fala dos mais de 20 anos de profissão como comerciante sempre ligada à venda do coco, ramo que herdou do pai. Segundo ela, seu pai foi o primeiro fornecedor de coco para Salvador. Como ele havia se estruturado a partir da venda de lanches, tinha uma camionete e um depósito na feira de São Joaquim. Teve condições, então, de fornecer para os vendedores de coco da praia, para hotéis e restaurantes diversos. “Inclusive para Seu Antônio, o vendedor mais antigo da Barra” lembra Jô, que é a única mulher entre eles.

5 No passado, segundo Kátia Mattoso (1992), visto que as mulheres de família tradicional branca não podiam sair às ruas “cheias de perigo”, os vendedores ambulantes (escravos de ganho ou libertos) se faziam extremamente necessários, integrando assim o sistema dominante de funcionamento da cidade.

6 Inicialmente consideramos que o espaço público estaria sendo *cada vez mais* estigmatizado como perigoso, no entanto, o “toque de recolher do sino” nos lembra como a rua fora outrora de fato um lugar proibido para as elites. Mas ela não seria, por isso, *ainda* estigmatizada como perigosa na atualidade, sobretudo a Avenida Sete de Setembro de Salvador, visto que esta via passou pela grande reforma modernizadora do início do século XX, o que a tornou própria para o uso da elite durante algumas décadas.

7 Nos últimos anos, vemos o fortalecimento do discurso afirmativo da negritude como característica da resistência de toda a população, chamada afrodescendente, longamente escravizada e marginalizada.

8 A chamada *Fifa Fun Fest* foi instalada na orla, em frente ao Farol da Barra, fechando uma grande área e controlando o seu acesso ao público.

Vemos que, apesar da sua recente condição de invisibilidade ao público, Jô mantém uma clientela fiel que passou a utilizar a galeria como caminho, entre o bairro e a orla. Alguns clientes se tornam amigos e se interessam pela vida profissional da vendedora, e a aconselham. Além dos clientes, o ponto de Jô é frequentado por outros profissionais que trabalham na orla, sejam mergulhadores, barraqueiros⁹ ou garis. Não é difícil encontrarmos sempre as mesmas pessoas, em horários determinados, no ponto de Jô. Certa vez, chegamos na hora do almoço e encontramos um grande grupo de trabalhadores almoçando junto com ela. O ponto se constitui também uma base para eles, onde podem guardar alguns pertences enquanto trabalham. Até mesmo uma das baianas que vende acarajé na Barra confia a Jô o seu material de trabalho.

Jô explica que o novo ponto é mais seguro, pois não é fechado apenas com lona, como era o quiosque; lá, ela não podia deixar o facão, seu material de trabalho, pois os “capitães da areia” entravam com facilidade e ela não queria contribuir para o “armamento” dos meninos e nem perder a sua ferramenta. Aliás, o trabalho com o facão foi uma das razões que a fez procurar um ponto fixo, pois, a prefeitura não permite o manuseio de facas pelos ambulantes, “por razões de segurança”, e ela preza pelo seu saber herdado. Por outro lado, adquiriu modos de fazer higiênicos que a colocam em um outro “padrão de qualidade”: não dispensa o uso das luvas; sempre serve o coco em um guardanapo para o cliente não sujar as mãos; limpa bem o facão antes e depois de abrir o coco; se o cliente deseja comer a polpa, prefere ele mesma retirá-la com uma colher e entregá-la no coco, para o consumo com um garfo descartável – diferente da tradicional “colher” feita com a casca do coco para o manuseio pelo próprio freguês. Desenvolvendo seus próprios hábitos higiênicos, a vendedora se coloca a par do discurso hegemônico.

“”

O discurso higienista tem moldado, ao longo dos anos, desde o século XIX, os padrões de comportamento dentro e fora da casa familiar. Assim, a partir das normas medicinais, de controle das doenças infectocontagiosas, o espaço e a sociedade, sobretudo urbanos, foram admitindo novas justificativas que se constituíam na estratégia para o exercício do controle pelo poder dominante. Ao levar em conta certos ideais estratégicos, Jô atua taticamente dentro do campo “inimigo” (Certeau, 2013), especialmente após ter seu local de trabalho demolido, provavelmente para “limpar o terreno” para a reforma. Desde a corte brasileira, o sanitarismo, a higiene, a medicina em geral foi utilizada em diversas frentes de controle populacional e, aqui, “as vendedoras baianas, ao longo de sua história, foram atingidas em cheio por essas ideias dominantes” (Martini, 2007: 157).

A ideologia sanitaria – que atuava também através de um urbanismo emergente – chegava às cidades propondo a sua modernização física e a “re-europeização”¹⁰ da sociedade. Com esta ideologia civilizatória, baseada nos preceitos medicinais e europeus, é proposta toda uma série de mudanças nos hábitos coloniais; é dela que nasce o chamado racismo científico, ancorado na comprovação da “ciência médica” sobre o perigo dos negros descendentes de africanos. Nas palavras de Costa (1979), de “animal” útil ao patrimônio e à propriedade, o negro tornou-se “animal” nocivo à saúde; passando então a ser visto como principal agente corruptor dos lares. Este discurso chegou ao ponto de sentenciar o indivíduo negro como naturalmente propenso ao crime. Assim, o higienismo forjou a identificação do negro-escravo e instaurou uma ambiência de medo inclusive no seio do lar familiar, além de reafirmar a rua como lugar da desordem associada à presença dos negros.

Gerlaine Martini ressalta como as baianas como duplamente atingidas pois, além de negras, elas também são mulheres. Assim, além de uma desordem associada ao elemento africano, elas carregam a simbologia do temperamento apaixonado, atribuído ao feminino. “Os europeus envolvidos no processo de colonização das Américas e no tráfico de cativos africanos guardavam um imaginário que associava o feminino à indefinição e às pulsões corporais consideradas indomáveis e perigosas, como a sexualidade” (Martini, 2007: 157). Mais tarde, a medicina higienista viria a se deter sobre uma patologização inata do sexo feminino, observada no âmbito da medicina internacional, de raízes europeias (Foucault, 2014 [1979]). No Brasil, Costa explicita esta relação nascente entre a mulher e o médico, em vista da sua fragilidade, mas também do nervosismo considerado inerente ao feminino. Assim, afirma-se o perigo feminino – mesmo das anteriores “mulheres de alcova”, que se tornaram as mulheres dos salões – nas cidades em vias de modernizar-se/ civilizar-se (Costa, 1979). Segundo Costa, o papel da mulher burguesa, restrita ao lar, responsável pela saúde e educação dos filhos, colocou-a nas mãos, além do pai e do marido, também do médico.

No caso das chamadas baianas, a medicina vem carregá-las das patologias “inatas” aos negros – estudadas, entre outros, pelo célebre médico da escola lombrosiana Raimundo Nina Rodrigues – e daquelas “próprias” do sexo feminino. A despeito desta marginalização, as mulheres negras souberam atuar na construção de redes de sociabilidade que as tornaram sujeitos de referência entre os segmentos sociais mais marginalizados e, ainda, no limiar das relações com a “boa sociedade”. Esta potência de socialização das “tias baianas” foi observada por Monica Velloso (1990) no contexto da cidade do Rio de Janeiro, especialmente colocando-as frente aos anseios modernizadores do ambiente urbano do início do século XX.

“”

Em diversos aspectos as baianas se opuseram aos ideais do urbanismo civilizador também na cidade do Rio de Janeiro. Velloso nota a importância fundamental de “outros poderes e saberes”, que se contrapõem aos saberes-poderes institucionalizados por serem “extraídos do dia-a-dia apreendido na própria batalha pela sobrevivência” (Velloso, Ibid.: 219). Seguindo a autora, para as mulheres negras, chamadas baianas no Rio de Janeiro de outrora, a condição de possibilidade de atuação no espaço público estava justamente na sua potência de anonimato. Em outras palavras,

9 Aqueles que trabalham com o serviço de cadeiras e guarda-sóis e fornecem bebidas e petiscos diretamente na faixa de areia.

10 Jurandir Freire Costa relembra o termo cunhado por Gilberto Freyre.

podemos dizer que as mulheres negras não eram levadas suficientemente a sério para serem percebidas como sujeitos subversivos da ordem dominante. Ao lado desse anonimato, as mulheres entrevistadas por Velloso nos lembram que sempre tiveram “que se virar sozinha”. Em um contexto de extrema divisão social, era clara diferença entre a população que era servida e a outra, que servia. Portanto, o modelo da família burguesa, e o papel da mulher no seio desta, não eram aplicados às classes populares, sobretudo à população negra.

Em termos de urbanismo, Anete de Araújo, ao tratar da “mulher na cidade de Salvador”, lembra como espaços específicos da cidade foram remodelados de maneira a possibilitar o usufruto do ambiente urbano por uma população feminina também específica.

São essas últimas [mulheres], antes ainda reclusas no espaço privado das suas casas, sob o controle autoritário do patriarca, que vão usufruir do espaço público recém remodelado, inaugurando novas práticas sociais urbanas, quando a rua perde então aquele caráter de coisa proibida e de má fama, local de suspeita generalizada, de tensão com as regras estabelecidas. Não se trata, entretanto, de todas as ruas da cidade, mas, particularmente, aquelas que foram beneficiadas com as modernizações, novos calçamentos, infraestrutura e iluminação nos moldes europeus, seja no centro ou nas vias que levam aos bairros nobres e balneários e que vão ser utilizados pela Salvador "branca", isto é, pela elite cidadina. (Araújo, 2002: 1)

A autora nos fala ainda de uma possível substituição das mulheres negras pelas mulheres brancas nos espaços, diríamos hoje, revitalizados, pelas chamadas *haussmannizações* em terras brasileiras, evidenciando uma das primeiras formas de gentrificação urbana. As reformas urbanas, como falamos *en passant*, eram também fundamentadas pelos ideais higienistas e, segundo Mônica Velloso, essa “geografia médica” visava “delimitar o espaço da mulher burguesa” (Velloso, *Ibid.*: 216) também no espaço público. Ruth Landes, ao estudar as relações de “raça” na Cidade da Bahia no final dos anos 1930, sobre as mulheres e o espaço público, também observou: “Um aristocrata jamais consente que as mulheres da sua classe andem sozinhas depois do pôr-do-sol, enquanto as negras sempre andam sós, mesmo quando acompanhadas por um homem” (Landes, 2002: 101).

Enquanto isso, as mulheres negras faziam de sua liberdade de circulação a sua principal tática para a viração, e se estabeleciam em diversos pontos da cidade com seus tabuleiros para a venda de gêneros alimentícios. Subvertiam assim, um dos objetivos do urbanismo moderno nascente, o de designar e dar condições para que as ruas tornem-se meros locais de passagem. Ao se ancorarem em pontos em meio às “passagens” diversas – largos, ruas, praças e demais locais de grande movimentação de pessoas – as baianas construíam territorialidades associadas a redes de sociabilidade, ao modo do que acontecia ao firmarem os seus terreiros; as casas onde se estabeleciam com suas famílias cada vez maiores, pois sempre abertas a novos “parentes de etnia”. No espaço da rua, se inicialmente seus tabuleiros eram frequentados sobretudo pelas camadas populares, passaram a atrair uma diversidade de clientes oriundos de outros grupos sociais.

No início do século, o "ponto" da tia Tereza, situado no largo de São Francisco, era local de encontro de políticos e jornalistas de renome. No seu tabuleiro, funcionava um "verdadeiro restaurante" com cardápio específico para cada dia da semana. Segundo um dos seus frequentadores – o jornalista Vagalume – foi graças à intervenção de clientes influentes que se impediu que o "restaurante" da baiana fosse posto abaixo pela polícia. (Velloso, 1990: 218)

O mesmo tratamento policial era dado aos terreiros de candomblé na primeira metade do século XX, bem como se tornou comum o seu apadrinhamento por homens públicos influentes, os chamados ogãs. A prática de tornar ogãs pessoas influentes, de preferência poderosas, frequentemente artistas, intelectuais e/ou estudiosos do fenômeno, pode ser considerada até hoje como uma tática de resistência do povo-de-santo, uma forma de proteção que garanta a tolerância da polícia, um meio para a consolidação dos centros de culto e para a aceitação social do candomblé.

Gelaine Martini (Op. Cit.) nos mostra como a prática da venda de acarajé e outras iguarias em tabuleiro é derivada diretamente das tradições religiosas afro-brasileiras, e como os orixás envolvidos na mitologia relacionada ao acarajé concedem poder ao elemento feminino. Apesar dessa relação com a religião – indicando, senão determinando os modos de fazer acarajé – a venda e a produção ambulante de alimentos têm sido transformadas seja pelos padrões de assepsia do mercado, seja também pela conversão de baianas ao protestantismo, incutindo “uma nova contestação dos aspectos encarados como desordenantes dos cultos afro-brasileiros [...] que permeiam o ofício do acarajé” (*Ibid.*: 258).

“”

Observamos como as noções de ordem e desordem permeiam, ao longo de séculos, as relações de poder e contra poder entre segmentos sociais. Tais relações tendem a se complexificar com emergência de novos grupos sociais e a diluição de outros. Neste artigo, notamos como a presença de mulheres no espaço público urbano influenciou as estratégias de controle assumidas por um urbanismo pacificador; que pretendia assepsiar o ambiente da rua para uso de uma elite ao mesmo tempo em que associava-se à arquitetura para domesticar a “mulher social”. Por outro lado, as táticas das mulheres negras atuantes em um espaço público amplo – comparando-se com as limitações espaciais impostas às brancas – “era o protesto contra o projeto urbanístico que modernizava a cidade, desfazendo os antigos referenciais espaço-temporais” (Velloso, 1990: 208).

Mônica Velloso provoca a percepção do termo “baiana” como forma de identificar as mulheres das quais tratava, no contexto carioca. A provocação que identifica um modo de ser/existir baiano, remete também às possíveis práticas urbanas encontradas na antiga Cidade da Bahia. Neste caminho, a cidade encontra a mulher, como sua imagem e

semelhança. Tal imagem de baiana, de desordem, passa a ser vista estrategicamente como marca, em um processo de *branding* urbano, desde que devidamente domesticada.

Na nossa vivência em Salvador, deslocamos o termo das “bairras do acarajé”, buscando entender as táticas de atuação feminina no espaço público a partir da convivência com outras bairras. Com o exemplo de Jô, notamos principalmente duas coisas: uma suposta igualdade de gênero no trabalho que exerce (empunhando o facão para o trato pesado com o coco e sendo a única mulher entre os permissionários dos quiosques demolidos) e a sua persistência junto ao espaço de sociabilidade do qual foi sujeito fundamental para a composição. Ela não faz parte do universo das religiões de matriz africana, geralmente associadas às formas de sociabilidade urbana negra pelas autoras que consultamos. Jô afirma que herdou a facilidade no trato social de sua mãe. Já o ofício, como vimos, herdou do pai. Mas tem que lidar com as heranças de um Urbanismo demolidor, que se sobrepõem ainda hoje à cidade praticada, através de processos de padronização vindos com corporações (e eventos) multinacionais em parcerias com o poder público ordenador.

Assim, vemos a restauração de uma (secretaria de) ordem pública que reativa práticas de um urbanismo higienista, mas que também reencontra a presença ativa de sujeitos do espaço praticado, buscando sempre se sobrepor a uma sobrevivência. No entendimento de Didi-Hubermann, tal sobrevivência seria a “energia revolucionária própria dos miseráveis, dos excluídos do jogo político corrente” (Didi-Hubermann, 2011: 34). No entanto, a atuação das bairras sinaliza para uma expansão do imaginário político, tensionando o que Ana Clara Torres Ribeiro (2011) nomeou “contenção do imaginário político”. Poderíamos falar, no entanto, na sobrevivência de práticas de sociabilidade femininas, fragilizadas a cada nova investida do dispositivo ordenador (ou pacificador) que as exclui. Quanto às bairras, estas se afirmam – também a cada investida do dispositivo – como sujeitos que transformam a sua própria vivência em atuação política.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. Régis Castro de. A mulher na cidade: Salvador 1915-1930. Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. SHCU, V. 7, n. 1, 2002.
- CERTEAU, M. de [1990]. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 2013.
- COSTA, A. de L. Ribeiro da. Espaços Negros: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX. Caderno CRH. Salvador: Suplemento, 1991, p. 18-34.
- COSTA, J. Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. 2.edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- DELGADO, M. Sociedades movilizadas: passos hacia una antropología de la calles. Barcelona: Ed. Nagrama, 2007.
- DIDI-HUBERMAN, G. Sobrevivência dos vaga-lumes. Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FOUCAULT, M. [1979]. Microfísica do Poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- JACQUES, P. Berenstein et alli. Salvador cidade do século XX: a partir das memórias de Pasqualino Romano Magnavita. Revista Dobra. Salvador: nº 14, p. 89-131, 2014.
- LANDES, R. [1967]. A cidade das mulheres. Tradução de Maria Lucia do Eirado Silva. 2ª Ed. Rev. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- MARTINI, G. T. Bairras do Acarajé: A uniformização do típico em uma tradição culinária afro-brasileira. Brasília: Tese de doutorado em antropologia social, Universidade de Brasília, 2007.
- MATTOSO, K. M. de Queirós. Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- PECHMAN, R. M. Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PINHEIRO, E. Petti. Europa, França e Bahia. Difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). 2ª edição. Salvador: Edufba, 2011.
- RIBEIRO, A. C. Torres. Nós temos hoje uma espécie de contenção do imaginário político. Entrevista. Revista Marimbondo, v.01, 2011.
- RUY, A. A primeira revolução social brasileira. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.
- SANTOS, M. [1959]. O Centro da Cidade de Salvador. Salvador: Edufba, 2008.
- _____. [1996]. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- _____. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHWARCZ, L. M.; Starling, H. M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VELLOSO, M. P. As tias baianas tomam conta do pedaço: Espaço e identidade cultural no rio de Janeiro. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n° 3, vol. 6, 1990, p. 207-228.